

117-A	53
Livro	Folhas

9

REMODELAÇÃO TOTAL DE ESTATUTOS

-----No dia vinte três de junho de dois mil e doze, no Cartório Notarial da Figueira da Foz, sito na Rua Arnaldo Sobral, nº 49, 1º andar, sala 102, a meu cargo, Ana Cristina Gonçalves Marques Paixão, perante mim, referida notária, compareceram como outorgantes: -----

----- *Dr. Lídio Manuel Coelho de Neto Lopes*, casado, natural da freguesia de São José de São Lázaro, concelho de Braga, residente na Rua da Bela Vista, nº23, Brenha, Figueira da Foz; -----

----- *Maria Alice Trindade Mano Carbonnier*, casada, natural da freguesia de Buarcos, concelho de Figueira da Foz, residente na Rua Nossa Senhora de Guadalupe, nº5, Casa dos Cinco Telhados, Alhadas, Figueira da Foz; -----

----- Outorgam na qualidade de Presidente e de Vice - Presidente Administrativo da Direção, em representação da “**ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DA FIGUEIRA DA FOZ**”, *pessoa coletiva de utilidade pública*, com sede na Rua Heróis do Ultramar, freguesia de São Julião da Figueira da Foz, concelho da Figueira da Foz, matriculada na Conservatória do Registo Comercial da Figueira da Foz, sob o número único de matrícula e de pessoa coletiva **501.090.797**. -----

----- Verifiquei a identidade dos outorgantes pela exibição, respetivamente, do Cartão de Cidadão nº 05777000 0 ZZ2 válido até 25-09-2013 – República Portuguesa e pelo Bilhete de Identidade nº 529373 de 16/03/2007, emitido pelos Serviços de identificação Civil de

Coimbra, tendo verificado as aludidas qualidades e suficiência de poderes para este ato: -----

----- a) - Pelos respetivos estatutos constantes da escritura de remodelação integral dos estatutos da referida associação lavrada no extinto Primeiro Cartório desta cidade em quinze de outubro de mil novecentos e noventa e nove iniciada a folhas nove do livro de notas cento e dois – F, que me foram exibidos. -----

----- b) - Pela certidão permanente do registo e matrícula da Associação, obtida via internet, com o código de acesso 6740-2531-1145 (seis sete quatro zero - dois cinco três um - um um quatro cinco), que arquivo. -----

----- c) – Pela ata da reunião da assembleia geral extraordinária de vinte e três de novembro de dois mil e onze, de que arquivo Pública-Forma. --

----- PELOS OUTORGANTES NAS QUALIDADES EM QUE OUTORGAM FOI DITO: -----

----- Que a associação que representam foi constituída em dezanove de dezembro de mil oitocentos e oitenta e dois, tendo os seus estatutos sido alterados integralmente por escritura lavrada no extinto Primeiro Cartório Notarial desta Cidade em quinze de outubro de mil novecentos e noventa e nove, iniciada a folhas nove do livro de notas para escrituras diversas número cento e dois – A, daquele Cartório. -----

----- Que, pela presente escritura, no cumprimento da deliberação de vinte e três de novembro de dois mil e onze, da Assembleia Geral, atrás referida, e ainda no cumprimento do disposto na Lei 32/2007 de 13 de agosto, que institui o Regime Jurídico das Associações Humanitárias de

117-A	54
Livro	Folhas

[Handwritten signature]

Bombeiros, vêm proceder à *remodelação total dos estatutos* da “**Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Figueira Da Foz**”, os quais passam a constar do DOCUMENTO COMPLEMENTAR, **que arquivo**, elaborado nos termos do nº 2 do artigo 64º do Código do Notariado, e que fica a fazer parte integrante desta escritura, cujo conteúdo os outorgantes declararam conhecer perfeitamente, pelo que dispensam a sua leitura. -----

----- Que pela presente remodelação de estatutos os *fins* da associação, referida, passam a ser designadamente os seguintes: -----

----- 1. A Associação tem por escopo principal a proteção de pessoas e bens, designadamente o socorro a feridos, doentes ou náufragos e a extinção de incêndios, detendo e mantendo em atividade, para o efeito, um Corpo de Bombeiros Voluntários ou misto, com observância no disposto no regime jurídico dos corpos de bombeiros e demais legislação aplicável.--

----- 2. Com estrita observância do seu fim não lucrativo e sem prejuízo do seu escopo principal, a Associação pode desenvolver outras atividades, isoladamente ou em associação, com outras pessoas singulares ou coletivas, desde que permitidas por deliberação da Assembleia Geral, nomeadamente: -----

----- a) Prestação de cuidados de saúde, atividades desportivas, culturais e recreativas, conducentes a uma melhor preparação física e intelectual dos seus associados; -----

----- b) Atividades de carácter social de apoio e proteção à infância, à juventude, à deficiência e aos idosos ou em qualquer situação de carência que justifique uma atuação pró humanitária. -----

-----3. Pode ainda desenvolver outras atividades, a título gratuito ou remunerado, com ou sem fins lucrativos, nomeadamente a prestação de serviços, comerciais ou industriais, individualmente, ou através de parceria, associação ou por qualquer outra forma legalmente prevista, desde que permitidas por deliberação da Assembleia Geral e os lucros dessas atividades revertam para os seus fins estatutários. -----

----- Que assim, e ainda nos termos das restantes cláusulas do referido documento complementar, dão como efetuada a *remodelação total dos Estatutos*. -----

----- ASSIM O DISSERAM. -----

----- ARQUIVO: -----

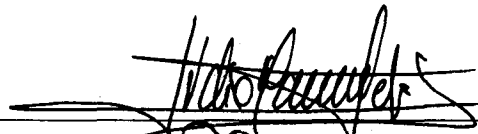
----- O referido documento complementar; -----

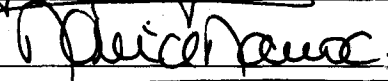
----- Certidão comercial obtida via internet; -----

----- Pública – forma da referida ata. -----

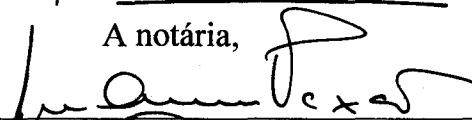
----- Comprovativo do certificado de Admissibilidade de firma ou denominação emitido em 2012-05-11, com o código de acesso 6877-2577-0767. -----

----- Foi feita aos outorgantes a leitura desta escritura e a explicação do seu conteúdo.





A notária,



Conta registada sob o n.º

054 

Q *Joel.*

Documento complementar - Artigo 64º, n.º 2 do Código do Notariado - Livro cento e dezassete - A, folhas cinquenta e três, do Cartório Notarial da Figueira da Foz a cargo da Notária Ana Cristina Gonçalves Marques Paixão _____

ESTATUTOS

CAPÍTULO I

DENOMINAÇÃO, NATUREZA, SEDE E FINS

ARTIGO 1.º

(DENOMINAÇÃO, NATUREZA E SEDE)

----- 1. A Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Figueira da Foz é uma pessoa coletiva de utilidade pública administrativa, com personalidade jurídica e sem fins lucrativos. -----

----- 2. A Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Figueira da Foz, doravante designada por Associação, tem a sua sede na Rua Heróis de Ultramar, freguesia de S. Julião, Concelho de Figueira da Foz, Distrito de Coimbra. -----

ARTIGO 2.º

(ÂMBITO E DURAÇÃO)

----- A Associação tem âmbito concelhio, é por natureza e tradição apartidária e não confessional e durará por tempo indeterminado, só podendo dissolver-se nos termos e pela forma prevista nos presentes estatutos e na Lei. -----

ARTIGO 3.º

(FINS)

----- 1. A Associação tem por escopo principal a proteção de pessoas e bens, designadamente o socorro a feridos, doentes ou náufragos e a extinção de incêndios, detendo e mantendo em atividade, para o efeito, de um Corpo de Bombeiros Voluntários ou misto, com observância no disposto no regime jurídico dos corpos de bombeiros e demais legislação aplicável. -----

----- 2. Com estrita observância do seu fim não lucrativo e sem prejuízo do seu

escopo principal, a Associação pode desenvolver outras atividades, isoladamente ou em associação, com outras pessoas singulares ou coletivas, desde que permitidas por deliberação da Assembleia Geral, nomeadamente:-----

----- a) Prestação de cuidados de saúde, atividades desportivas, culturais e recreativas, conducentes a uma melhor preparação física e intelectual dos seus associados; -----

----- b) Atividades de carácter social de apoio e proteção à infância, à juventude, à deficiência e aos idosos ou em qualquer situação de carência que justifique uma atuação pró humanitária. -----

----- 3. Pode ainda desenvolver outras atividades, a título gratuito ou remunerado, com ou sem fins lucrativos, nomeadamente a prestação de serviços, comerciais ou industriais, individualmente, ou através de parceria, associação ou por qualquer outra forma legalmente prevista, desde que permitidas por deliberação da Assembleia Geral e os lucros dessas atividades revertam para os seus fins estatutários. -----

ARTIGO 4.º

(PATRIMÓNIO SOCIAL)

----- A Associação tem um capital indeterminado e um número ilimitado de Associados que concorrem para o património social, através do pagamento de uma quota, no valor mínimo e periodicidades a fixar pela Assembleia-geral. -----

ARTIGO 5.º

(ATRIBUIÇÕES)

Constituem atribuições normais da Associação: -----

----- a) Deter e manter em atividade um corpo de bombeiros voluntários ou misto, com observância de definido no regime jurídico dos corpos de bombeiros;



- b) Exercer os direitos e as funções que lhe sejam atribuídas por lei; -----
- c) Manter e fomentar o relacionamento institucional com os demais agentes de proteção civil, mormente associações humanitárias e corpos de bombeiros, a nível local regional e nacional e com corpos de bombeiros estrangeiros e respetivas entidades detentoras; -----
- d) Manter e fomentar o relacionamento institucional com as organizações representativas das associações humanitárias de bombeiros, designadamente, a nível distrital com a Federação de Bombeiros do Distrito de Coimbra e a nível nacional com a Confederação Nacional - Liga dos Bombeiros Portugueses; -----
- e) Manter e fomentar o relacionamento com os organismos oficiais locais, regionais e nacionais, em especial com os de tutela do sector da proteção civil e dos bombeiros; -----
- f) Representar os seus Associados em todas as situações de interesse geral;
- g) Estabelecer relações e acordos com outras entidades, públicas ou privadas, nacionais, estrangeiras ou internacionais e assegurar o seu fiel cumprimento; -----
- h) Pronunciar-se sobre projetos de natureza legislativa e normativa que versem sobre questões dos sectores associativo, da proteção civil e dos bombeiros, em particular, bem como sobre todas as matérias que sejam submetidas à sua apreciação pelas entidades competentes; -----
- i) Constituir, promover ou participar, por sua iniciativa ou em colaboração com outras entidades, parcerias, sociedades, grupos de trabalho, comissões especializadas, ou integrar comissões, ou órgãos consultivos, de outras entidades, locais, regionais ou nacionais, bem como promover, designadamente, a realização de encontros, conferências, viagens de estudo, concursos e outras

ações tendentes a dignificar, valorizar e divulgar a Associação bem como a fomentar a formação, preparação, treino e intervenção dos bombeiros;-----

----- j) Promover o alargamento de ações, visando o benefício dos associados e de quantos participam das suas atividades específicas; -----

----- k) Promover a organização de iniciativas baseadas no princípio da cooperação, tendentes a obter a autonomia económica e financeira da Associação; -----

----- l) Desenvolver, com estrita observância do seu fim não lucrativo e sem prejuízo do seu escopo principal, outras atividades, a título gratuito ou remunerado, individualmente ou em associação, parceria ou por qualquer outra forma societária legalmente prevista, com outras pessoas singulares ou coletivas, desde que permitidas por deliberação da Assembleia Geral;-----

----- m) Decidir os conflitos que sejam submetidos ao Conselho Disciplinar;

----- n) Fomentar o espírito do associativismo e do voluntariado junto da população e das entidades públicas e privadas; -----

----- o) Disponibilizar aos associados informações atempadas e corretas, relativamente às matérias que são da sua competência e atribuição; -----

----- p) Promover a imagem dos bombeiros junto dos meios de comunicação social; -----

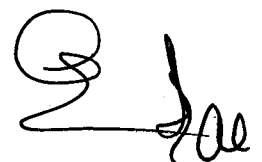
----- q) Cumprir e fazer cumprir a lei e os regulamentos em vigor, no âmbito das suas competências. -----

ARTIGO 6.º

(SÍMBOLOS)

----- 1. A Associação adota os seguintes símbolos: -----

----- a) Bandeira; -----



- b) Estandarte; -----
- c) Guião do Corpo de Bombeiros; -----
- d) Hino; e -----
- e) Guião da Fanfarra; -----
- 2. A Bandeira e o Estandarte são os símbolos representativos da Associação e simultaneamente do Corpo de Bombeiros que dela faz parte integrante. -----
- 3. O Guião do Corpo de Bombeiro é o símbolo representativo do Corpo dos Bombeiros Voluntários da Figueira da Foz. -----
- 4. O Hino é o símbolo musical da Associação a utilizar em cerimónias oficiais. -----
- 5. O Guião do Fanfarra é o símbolo representativo da Fanfarra dos Bombeiros Voluntários da Figueira da Foz. -----
- 6. A Assembleia Geral poderá deliberar a utilização de qualquer outro símbolo que se venha a entender por conveniente e como complemento, para a prossecução dos fins e / ou objetivos da Associação. -----
- 7. As deliberações relativas à introdução ou alteração dos símbolos existentes terão que ser tomadas por três quartos dos votos dos Associados presentes. -----

CAPÍTULO II

DOS ASSOCIADOS

SECÇÃO I

QUALIDADE, INSCRIÇÃO, ADMISSÃO E CLASSIFICAÇÃO

ARTIGO 7.º

(QUALIDADE DE ASSOCIADO)

----- 1. Podem ser Associados, sob proposta de um sócio no pleno gozo dos seus direitos sociais: -----

----- a) As pessoas singulares maiores de dezoito anos; -----

----- b) As pessoas coletivas legalmente constituídas. -----

----- 2. Podem ainda ser admitidos como Associados os menores de 18 anos ou incapazes, ficando a admissão, no entanto, condicionada à autorização por quem legalmente exercer o poder de tutela que, como seus representantes, são responsáveis pelo pagamento da quota, cujo valor não será inferior a metade do valor mínimo fixado para os outros sócios efetivos, e ao cumprimento destes estatutos.-----

ARTIGO 8.º

(INSCRIÇÃO)

----- A inscrição para Associado é feita em impresso próprio, podendo também ser realizada através do modelo existente no sítio da Internet da Associação, em modelo aprovado pela Direção e assinado pelo candidato ou tratando-se de pessoa coletiva, menor ou incapaz por quem o representar. -----

ARTIGO 9.º

(ADMISSÃO E REJEIÇÃO)

----- 1. A admissão ou rejeição de Associados Efetivos é tomada por deliberação da Direção. -----

----- 2. A rejeição só poderá ser tomada por manifesta inconveniência para os interesses e prestígio da Associação, devendo ser devidamente fundamentada, registada e comunicada por escrito ao interessado até trinta dias após a receção da inscrição. -----

----- 3. A admissão envolve plena adesão aos estatutos e cumprimento dos



demais regulamentos em vigor. -----

ARTIGO 10.º

(CLASSIFICAÇÃO)

----- 1. Os Associados classificam-se em: -----

----- a) Efetivos; -----

----- b) Beneméritos; -----

----- c) Honorários; -----

----- d) Humanitário. -----

----- 2. São Associados **Efetivos** as pessoas, singulares ou coletivas, que contribuam para a prossecução dos fins da Associação mediante o pagamento de uma quota segundo valores, periodicidade e lugar de cobrança fixados pelos regulamentos aprovados em Assembleia Geral. -----

----- 3. São Associados **Beneméritos** as pessoas, singulares ou coletivas, que por serviços prestados ou dádivas importantes à Associação mereçam da Assembleia Geral tal distinção. -----

----- 4. São Associados **Honorários** as pessoas, singulares ou coletivas, que pelo seu mérito social ou em recompensa de relevantes serviços prestados à Associação ou à causa dos Bombeiros, mereçam da Assembleia Geral tal distinção. -----

----- 5. São Associados **Humanitários** os elementos do Corpo de Bombeiros e ainda as pessoas que prestem ou tenham prestado serviços efetivos não remunerados à Associação e cujas comprovadas condições económicas não lhes permitam o pagamento da quota. -----

----- § Único. A admissão como Associado Humanitário dos elementos do Corpo de Bombeiros é feita por comunicação do Comandante e os demais por

proposta de qualquer elemento da Direção. -----

----- 6. As categorias de sócios são acumuláveis, excepto a categoria de Associado Humanitário, devendo a antiguidade de cada um ser contada sempre a partir da data da primeira admissão ou nomeação. -----

SECÇÃO II

DIREITOS E DEVERES

ARTIGO 11.º

(DIREITOS)

----- 1. Constituem direitos dos Associados efetivos: -----

----- a) Receber os estatutos, o cartão e as quotas no ato de admissão; -----

----- b) Propor a admissão de novos sócios; -----

----- c) Participar nas reuniões da Assembleia Geral e aí propor, discutir e votar os assuntos de interesse para a Associação; -----

----- d) Votar em atos eleitorais desde que no pleno gozo dos seus direitos; -----

----- e) Ser eleito para cargos sociais nos termos do artigo 72.º; -----

----- f) Recorrer para a Assembleia Geral de todas as irregularidades e infrações aos Estatutos e Regulamentos Internos, com salvaguarda do disposto no n.º 4 deste artigo; -----

----- g) Requerer a convocação de Assembleias Gerais Extraordinárias nos termos da alínea b) do n.º 3 do artigo 47.º; -----

----- h) Entrar livremente na Sede ou em quaisquer outras instalações da Associação, salvo tratando-se de zonas de acesso restrito definidas pela Direção;

----- i) Utilizar todos os serviços que a Associação venha a prestar ou disponibilizar direta ou indiretamente nas condições definidas pelos regulamentos internos bem como participar nas atividades culturais, recreativas e



- desportivas que sejam abertas à sua participação; -----
- j) Examinar livros, relatórios, contas e demais documentos desde que o requerem por escrito à Direção, com a antecedência mínima de oito dias úteis e esta verifique existir um interesse pessoal direto e legítimo do Associado; -----
- k) Apresentar sugestões de interesse coletivo para uma melhor realização dos fins prosseguidos pela Associação; -----
- l) Reclamar perante a Direção de atos que considere lesivos dos interesses da Associação e dos seus interesses de Associado; -----
- m) Requerer, por escrito, certidão de qualquer ata mediante pagamento dos respectivos custos; -----
- n) Recorrer para as instâncias superiores, inclusive tribunais, das resoluções dos órgãos sociais sobre matérias contrárias aos estatutos, regulamentos internos e demais legislação aplicável; -----
- o) Requerer a suspensão temporária do pagamento de quotas, nas situações comprovadas de desemprego, ausência do domicílio por período superior a um ano e manifesta debilidade económica. Todos os casos deverão ser devidamente comprovados e aceites pela Direção que fixará a duração de cada situação. -----
- p) Desistir da qualidade de Associado, mediante comunicação escrita à Direção. -----
- 2. Para exercer os direitos referidos no número anterior, os Associados Efetivos não podem ter o pagamento das quotas em atraso, por um período superior a seis meses. -----
- 3. Os Associados Efetivos admitidos há menos de seis meses e os demais associados com quotas em atraso por um período superior a 6 meses, apenas gozam dos direitos consignados nas alíneas a), f), h), i), j) k), l), m) e p) do

número um bem como do referido na alínea c) do mesmo número, mas sem direito a voto. -----

----- 4. Os cônjuges e ainda os descendentes menores e os ascendentes a cargo dos sócios efetivos e humanitários poderão beneficiar do disposto nas alíneas h), i) e k) deste artigo, com exclusão de quaisquer outras. -----

----- 5. Os sócios humanitários só gozam dos direitos referidos nas alíneas a), b), h), i), k), l) e p) do corpo deste artigo. -----

----- 6. Os Associados que façam parte do Corpo de Bombeiros não poderão discutir em Assembleia Geral assuntos respeitantes à organização e disciplina do Corpo de Bombeiros. -----

----- 7. Os sócios beneméritos e/ou honorários, não incluídos anteriormente na categoria de efetivos ou humanitários, poderão usufruir dos direitos consignados no corpo deste artigo, com exceção dos indicados nas alíneas o) e p). -----

----- 8. Os sócios menores, até atingirem a maioria, só gozam dos direitos referidos nas alíneas a), h), i) e k) do corpo deste artigo. -----

ARTIGO 12.º

(DEVERES)

----- 1. São deveres dos Associados Efetivos, detentores de plena capacidade de exercício, além de outros previstos na lei geral: -----

----- a) Honrar a Associação em todas as circunstâncias e contribuir quanto possível para as suas realizações e o seu prestígio; -----

----- b) Observar, cumprir e fazer cumprir as disposições legais, estatutárias e regulamentares; -----

----- c) Acatar as deliberações dos Órgãos Sociais legitimamente tomadas; -----

----- d) Exercer com dedicação, zelo e eficiência os cargos sociais para que



foram eleitos ou nomeados, salvo pedido de escusa por doença ou outro motivo atendível, apresentado ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral e por esta considerado justificado; -----

----- e) Não cessar a atividade nos cargos sociais sem prévia participação fundamentada e por escrito ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral; -----

----- f) Zelar pelos interesses da Associação, comunicando por escrito à Direção quaisquer irregularidades de que tenham conhecimento; -----

----- g) Indemnizar a Associação de quaisquer prejuízos causados, nas instalações e / ou outros bens, por incúria ou omissão na atuação; -----

----- h) Pagar pontualmente a quota fixada e, de uma só vez, quando exigidos, a joia de inscrição e demais encargos de admissão; -----

----- i) Comparecer às Assembleias Gerais ou em quaisquer outras reuniões para que for convocado, propondo tudo o que considere vantajoso para o desenvolvimento e prestígio da Associação, e expressamente nas que tenha requerido a sua convocatória; -----

----- j) Comunicar por escrito à Direção o local de cobrança das quotas e qualquer situação que altere os seus elementos de identificação, designadamente a mudança de residência; -----

----- k) Tratar com respeito e urbanidade a Associação, as suas Insígnias, Órgãos Sociais, respetivos Titulares, Comando, Bombeiros, Colaboradores da Associação e todos com quem, na qualidade de Associado, se relacione; -----

----- l) Provar a sua identidade e qualidade de sócio, sempre que lhe seja solicitado por responsável ou agente da Associação; -----

----- m) Formalizar por escrito o seu pedido de demissão quando não deseje manter a qualidade de associado; -----

----- 2. Os demais Associados estão dispensados dos deveres das alíneas d), e), h), j) e m).-----

SECÇÃO III

SANÇÕES E RECOMPENSAS

SUBSECÇÃO I

INFRAÇÕES DISCIPLINARES E SANÇÕES

ARTIGO 13.º

(INFRAÇÃO DISCIPLINAR)

----- Constitui infração disciplinar, punível com as sanções estabelecidas nos artigos seguintes, a violação, pelo Associado, dos deveres consignados no artigo 12.º do presente estatuto.-----

ARTIGO 14.º

(SANÇÕES DISCIPLINARES)

----- Os Associados que incorrerem em responsabilidade disciplinar ficam sujeitos, consoante a natureza e gravidade da infração, às seguintes sanções:-----

----- a) Advertência verbal;-----

----- b) Advertência por escrito;-----

----- c) Suspensão até doze meses;-----

----- d) Expulsão.-----

ARTIGO 15.º

(COMPETÊNCIA DISCIPLINAR)

----- 1. A aplicação das sanções previstas nas alíneas a), b), e c) do artigo anterior é da exclusiva competência da Direção.-----

----- 2. A pena de expulsão é da competência da Assembleia Geral, sob proposta desta, da Direção ou do Conselho Fiscal.-----

----- 3. Das sanções aplicadas pela Direção nas alíneas a) e b) do artigo anterior, cabe recurso para a Assembleia Geral, a interpor no prazo de trinta dias a contar da respetiva notificação, que deverá ser apreciado e decidido na primeira Assembleia que se verificar após os trinta dias imediatos à sua interposição. -----

----- 4. Os sócios humanitários, membros do Corpo de Bombeiros, ficarão sujeitos ao regime disciplinar do Regulamento do Corpo de Bombeiros. -----

ARTIGO 16.º

(ADVERTÊNCIA)

----- 1. A Advertência Verbal é aplicável a faltas leves na violação de disposições Estatutárias e Regulamentares, por negligência na ação ou por omissão, sem ofensa gravosa para a Associação. -----

----- 2. A Advertência por Escrito é aplicada por faltas relevantes, designadamente no caso de violação de disposições Estatutárias e Regulamentares, por negligência de ação ou omissão, mesmo sem consequências patrimoniais graves e/ou onerosas para a Associação. -----

ARTIGO 17.º

(SUSPENSÃO)

----- 1. A pena de suspensão até doze meses é aplicável nos casos de: -----

----- a) Violação dos Estatutos e Regulamentos com consequências graves para a Associação; -----

----- b) Reincidência do sócio em faltas por que haja sido advertido verbalmente ou por escrito; -----

----- c) Escusa injustificada a tomar posse de qualquer cargo nos Órgãos Sociais da Associação, para que tenha sido eleito ou nomeado, depois de a tal ter dado a sua aceitação por termo de candidatura; -----

----- d) Desobediência às deliberações tomadas pelos Órgãos Sociais e, em geral, aos casos em que, podendo ter lugar a expulsão, o sócio beneficie de circunstâncias atenuantes especiais. -----

----- 2. A suspensão implica, por igual período de tempo, a perda do gozo dos direitos consignados no artigo 11.º, mas não desobriga do dever da alínea h) do Artigo 12.º - do pagamento da quota. -----

ARTIGO 18.º

(EXPULSÃO)

----- 1. A expulsão implica a eliminação da qualidade de Associado e será aplicável, em geral, quando a infração seja de tal modo grave que torne impossível o vínculo Associativo. -----

----- 2. Ficam sujeitos, à aplicação da pena de expulsão, nomeadamente, os Associados que: -----

----- a) Defraudarem dolosamente a Associação e/ou injuriarem o seu património histórico e /ou os seus Associados e/ou os seus Símbolos; -----

----- b) Agressão, injúria e desrespeito grave a qualquer membro dos Órgãos Sociais, respetivos Titulares, à Associação, às suas Insígnias, ao Comando, aos Bombeiros, aos Colaboradores da Associação e a todos com quem, na qualidade de Associado, se relacionem e por motivos relacionados com o exercício do seu cargo. -----

----- 3. Os Associados que sejam punidos com a pena de expulsão não podem ser readmitidos, salvo se forem reabilitados em revisão do processo. -----

ARTIGO 19.º

(PROCESSO DISCIPLINAR)

----- As decisões de aplicação das penas de suspensão e expulsão serão sempre

precedidas da instauração de processo disciplinar, com audiência obrigatória do Associado. -----

ARTIGO 20.º

(RECURSOS)

----- 1. Da decisão que aplique pena de suspensão cabe recurso para a Assembleia Geral a interpor, pelo associado punido, no prazo de trinta dias a contar da notificação da decisão recorrida, devendo sobre o mesmo ser tomada deliberação final, em Assembleia Geral Extraordinária, até sessenta dias úteis após a interposição do recurso. -----

----- 2. Da decisão da Assembleia Geral que aplique a pena de expulsão cabe recurso, nos termos da lei, para o tribunal do foro da Comarca de Figueira da Foz, com exclusão de qualquer outro. -----

ARTIGO 21.º

(CONSEQUÊNCIAS ESPECIAIS)

----- 1. Os Associados que façam parte do Corpo de Bombeiros e que sejam punidos com suspensão, nos termos do Regulamento Disciplinar do Corpo de Bombeiros, ficam impedidos de acesso a todas as instalações da Associação durante o período de suspensão. -----

----- 2. Os Associados que façam parte do Corpo de Bombeiros e que sejam punidos com demissão nos termos do Regulamento Disciplinar do Corpo de Bombeiros, perdem, automaticamente, a qualidade de sócio, por expulsão. -----

SUBSECÇÃO II

RECOMPENSAS

ARTIGO 22.º

(DISTINÇÕES)

----- Aos Associados, pessoas singulares ou coletivas, Entidades ou Coletividades e elementos do Corpo de Bombeiros que prestarem serviços relevantes à Associação, merecedores de especial reconhecimento, poderão ser atribuídas as seguintes distinções:-----

----- a) Louvor concedido pela Direção; -----

----- b) Louvor concedido pela Assembleia Geral; -----

----- c) Nomeação como Sócio Benemérito ou Honorário; -----

----- d) Distinções e Condecorações de acordo com o Regulamento Interno de distinções honoríficas da Associação, proposto pela Direção e aprovado em Assembleia Geral. -----

SECÇÃO IV

SUSPENSÃO, PERDA DA QUALIDADE DE ASSOCIADO E

READMISSÃO

ARTIGO 23.º

(SUSPENSÃO DA QUALIDADE DE ASSOCIADO)

----- 1. Os Associados Efetivos podem, por razões ponderosas e devidamente fundamentadas, solicitar, por escrito à Direção, a suspensão da sua qualidade de Associado, por um período máximo de um ano, podendo ser renovada caso subsistam os motivos e seja novamente requerida. -----

----- 2. Do indeferimento caberá recurso para o Presidente da Mesa da Assembleia Geral. -----

ARTIGO 24.º

(PERDA DA QUALIDADE DE ASSOCIADO)

----- 1. Perdem a qualidade de Associados: -----



- a) Os que tiverem sido punidos com a pena de expulsão, nos termos do artigo 18.º, ou demitidos nos termos do Regulamento do Corpo de Bombeiros; ---
- b) Os que pedirem a exoneração; -----
- c) Os que não pagarem as quotas correspondentes a doze meses consecutivos e se não satisfizerem o débito no prazo de trinta dias, a contar da notificação para regularização da situação; -----
- d) Os falecidos. -----
- 2. A perda da qualidade de Associado pelos motivos referidos na alínea a), do número anterior, é da competência da Assembleia Geral. -----
- 3. A perda da qualidade de Associado pelos motivos referidos nas alíneas b), c) e d), do número anterior, é da competência da Direção. -----
- 4. O Sócio que por qualquer forma perder esta qualidade deverá obrigatoriamente devolver o documento de identificação e não terá direito a reaver as quotas que haja pago, sem prejuízo da sua responsabilidade por toda a atuação em que foi membro da Associação. -----
- 5. Na eventualidade de um colateral, ascendente ou descendente de Associado falecido, pretender pagar qualquer quota em seu nome, a cobrança só poderá ser feita a título de donativo, como homenagem à memória do extinto, até que haja manifestação da intenção de continuidade como Associado Efetivo, por parte de um herdeiro direto. -----

ARTIGO 25.º

(READMISSÃO DE ASSOCIADOS)

- 1. Podem ser readmitidos, sem prejuízo da parte final do n.º 3 do artigo 18.º, os associados que tiverem sido: -----

- a) Exonerados a seu pedido; -----
- b) Eliminados por falta de pagamento das quotas; -----
- 2. A readmissão só se efetivará a pedido do interessado. -----
- 3. Quando o motivo da perda de qualidade de Associado tenha sido a falta de pagamento de quotas é condição, para a readmissão, o pagamento das quotizações correspondentes ao período compreendido entre a decisão de eliminação e a readmissão, podendo a Direção permitir que, neste caso, os encargos sejam satisfeitos, a requerimento do interessado, em prestações mensais, até ao máximo de doze. -----
- 4. Os sócios penalizados com a sanção de expulsão não poderão ser readmitidos, salvo decisão judicial favorável transitada em julgado ou reabilitação em revisão do processo, fundamentando-se este em factos novos ou outros que não tenham podido ser anteriormente ponderados e avaliados convenientemente. -----

CAPÍTULO III
DOS ÓRGÃOS SOCIAIS
SECÇÃO I
PRINCÍPIOS GERAIS
ARTIGO 26.º
(ÓRGÃOS SOCIAIS)

- 1. São Órgãos Sociais da Associação; -----
- a) Assembleia Geral; -----
- b) Direção; -----
- c) Conselho Fiscal; -----
- d) Conselho Geral. -----

----- 2. A Mesa da Assembleia Geral, a Direção e o Conselho Fiscal, são constituídos respetivamente por um número ímpar de titulares, de entre os Associados Efetivos nos termos do n.º 1 do artigo 11.º, dos quais um será o Presidente. -----

ARTIGO 27.º

(ELETIVIDADE DOS CARGOS)

----- Os titulares da Mesa da Assembleia Geral, da Direção, do Conselho Fiscal e do Conselho Geral são eleitos em Assembleia Geral Eleitoral Ordinária. -----

ARTIGO 28.º

(DURAÇÃO DO MANDATO DOS ELEITOS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS)

----- A duração do mandato dos eleitos para os Órgãos Sociais é de três anos, até 31 de Dezembro do terceiro ano seguinte ao da sua eleição, sem prejuízo de destituição, nos termos da lei, podendo ser reeleitos sem limitação de mandatos. -

ARTIGO 29.º

(EXCLUSIVIDADE E IMPEDIMENTOS)

----- 1. Aos titulares dos órgãos sociais não é permitido o desempenho simultâneo de mais de um cargo na Associação, bem como não é permitido o desempenho de cargos em órgãos sociais de outras associações humanitárias de bombeiros. -----

----- 2. Os Presidentes da Mesa da Assembleia Geral, da Direção e do Conselho Fiscal, estão impedidos de exercer quaisquer funções no quadro de comando e no quadro ativo do respetivo corpo de bombeiros. -----

ARTIGO 30.º

(INELEGIBILIDADE E INCAPACIDADES)

----- 1. Não podem ser reeleitos ou novamente designados membros dos Órgãos

Sociais os Associados que, mediante processo disciplinar ou judicial, tenham sido declarados responsáveis por irregularidades cometidas no exercício dessas funções ou removidos dos cargos que desempenhavam. -----

----- 2. O disposto no número anterior é extensível à reeleição ou nova designação para órgãos sociais da mesma ou de outra associação humanitária de bombeiros. -----

----- 3. Os titulares dos Órgãos Sociais não podem votar em assuntos que diretamente lhes digam respeito, ou nos quais sejam interessados os respetivos cônjuges, ascendentes, descendentes e afins. -----

----- 4. É vedado à Associação contratar direta ou indiretamente com os titulares dos Órgãos Sociais, seus cônjuges, ascendentes, descendentes e afins ou com sociedades em que qualquer destes tenha interesses. -----

ARTIGO 31.º

(POSSE)

----- 1. A posse será conferida pelo Presidente cessante da Mesa da Assembleia Geral, ou pelo seu substituto, em sessão pública anunciada para o efeito no prazo máximo de trinta dias a contar da data da promulgação dos resultados do ato eleitoral. -----

----- 2. Enquanto não se verificar a posse dos membros eleitos para os órgãos sociais, os membros cessantes manter-se-ão em funções com meros poderes de gestão. -----

----- 3. Se o Presidente cessante da Mesa da Assembleia Geral ou o seu substituto não conferir a posse no prazo estabelecido, os membros dos órgãos sociais eleitos entrarão em exercício, salvo se houver impugnação judicial do ato eleitoral. -----

Livro 117-A Fis. 53

Doc. N.º

ARTIGO 32.º

(ENTREGA DE VALORES E DOCUMENTOS)

----- É obrigação legal dos órgãos sociais cessantes fazer a entrega de todos os valores, documentos, inventários e arquivos da Associação aos órgãos eleitos para novo mandato e até ao ato da posse destes. -----

ARTIGO 33.º

(RESPONSABILIDADE DOS TITULARES DOS ÓRGÃOS SOCIAIS)

----- 1. Os titulares dos Órgãos Sociais não podem abster-se de votar nas reuniões a que estiverem presentes e são responsáveis, civil e criminalmente, pelas faltas ou irregularidades cometidas no exercício do mandato. -----

----- 2. Os titulares dos Órgãos Sociais ficam exonerados de responsabilidade se: -----

----- a) Não tiverem tomado parte na respetiva deliberação e a reprovarem com declaração na ata da sessão imediata em que se encontrem presentes;-----

----- b) Tiverem votado contra essa deliberação e o fizerem consignar na ata respetiva. -----

----- 3. A aprovação dada pela Assembleia Geral ao relatório e contas de gerência da Direção e ao parecer do Conselho Fiscal iliba os membros destes Órgãos Sociais da responsabilidade para com a Associação, salvo provando-se omissões por má fé ou falsas indicações. -----

ARTIGO 34.º

(REPRESENTAÇÃO)

----- 1. A representação da Associação, em juízo ou fora dele, cabe à Direção ou a quem ela designar, sem prejuízo do disposto no artigo seguinte. -----

----- 2. Perante as entidades públicas administrativas a quem compete a

fiscalização, inspeção e controlo da utilização de fundos públicos, responde, em nome da Associação, a Direção. -----

ARTIGO 35.º

(DELIBERAÇÕES E ATAS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS)

----- 1. Os órgãos de administração e fiscalização só podem deliberar com a presença da maioria dos seus titulares. -----

----- 2. As deliberações dos órgãos de administração e fiscalização, salvo diferente disposição legal, são tomadas por maioria dos titulares presentes, tendo o Presidente voto de qualidade em caso de empate na votação. -----

----- 3. As deliberações da Assembleia Geral, para as quais os presentes estatutos ou a lei não exijam maioria qualificada, serão tomadas por maioria simples dos votos dos Associados presentes. -----

----- 4. As deliberações respeitantes a eleições de Órgãos Sociais e a assuntos de incidência pessoal dos seus titulares são realizadas por escrutínio secreto. -----

----- 5. São sempre lavradas atas das reuniões de qualquer Órgão Social da Associação, as quais são obrigatoriamente assinadas por todos os membros presentes ou, quando respeitem a reuniões da Assembleia Geral, pelos membros da respetiva Mesa. -----

ARTIGO 36.º

(CONDIÇÕES DE EXERCÍCIO DOS CARGOS)

----- 1. O exercício de qualquer cargo nos Órgãos Sociais da Associação é gratuito, mas pode justificar o pagamento de despesas dele derivadas. -----

----- 2. Quando o volume do movimento financeiro ou a complexidade da administração da Associação exija a presença prolongada de um ou mais titulares do órgão de administração podem estes ser remunerados, sendo a remuneração

determinada pela Assembleia Geral. -----

ARTIGO 37.º

(FORMA DE OBRIGAR)

----- 1. Para obrigar a Associação são necessárias e bastantes as assinaturas de dois membros efetivos da Direção, uma das quais será a do Presidente, na sua falta ou impedimento, a de um Vice-Presidente. -----

----- 2. Nas operações financeiras são obrigatórias as assinaturas conjuntas do Presidente da Direção e a do Tesoureiro. -----

----- 3. Os atos de mero expediente administrativo poderão ser assinados por qualquer membro da Direção. -----

ARTIGO 38.º

(RENÚNCIA AO MANDATO)

----- 1. Os membros dos Órgãos Sociais da Associação podem renunciar ao mandato devendo para o efeito comunicá-lo por escrito e de imediato ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral. -----

----- 2. Compete ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, em consequência da renúncia, declarar a vacatura do lugar, dando de imediato conhecimento ao Presidente do respetivo Órgão. -----

ARTIGO 39.º

(CAUSAS PARA A PERDA DE MANDATO)

----- São causas para a perda de mandato dos elementos dos Órgãos Sociais:

----- a) A perda da qualidade de Associado; -----

----- b) A destituição do cargo pela Assembleia Geral; -----

----- c) A condenação, transitada em julgado, por crime praticado e classificado como grave ou muito grave; -----

----- d) A não comparência injustificada às reuniões do respetivo Órgão Social a que pertença, por três vezes consecutivas ou seis alternadas. -----

ARTIGO 40.º

(SUBSTITUIÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS)

----- 1. No caso de falta, impedimento ou vacatura de lugar de Presidente de qualquer órgão, o mesmo será preenchido pelo Vice-Presidente. -----

----- 2. No caso de vacatura do cargo de qualquer outro membro dos Órgãos Sociais, incluindo o do Vice-Presidente que assuma a Presidência, competirá ao respetivo Órgão Social chamar o primeiro suplente pela ordem constante da lista eleita, e deliberar sobre o preenchimento desse lugar vago. -----

----- 3. No caso de se esgotar o número de suplentes para o preenchimento das vagas, e o Órgão ficar sem quórum deliberativo, proceder-se-á a nova eleição para esse Órgão. -----

----- 4. Em qualquer das circunstâncias indicadas nos números 2 e 3 deste artigo, os membros designados para preencher os cargos apenas completam o mandato. -----

SECÇÃO II

ASSEMBLEIA GERAL

SUBSECÇÃO I

ESTATUTO E COMPOSIÇÃO

ARTIGO 41.º

(ESTATUTO E COMPOSIÇÃO)

----- 1. A Assembleia Geral é constituída por todos os Associados no pleno gozo dos seus direitos e, nela, reside o poder deliberativo da Associação. -----

----- 2. Consideram-se Associados no pleno gozo dos seus direitos os que

cumpram as condições estipuladas nos artigos 11.º e 12.º e não estejam abrangidos pelo disposto nos artigos 17.º e 18.º, dos presentes Estatutos. -----

ARTIGO 42.º

(MESA DA ASSEMBLEIA GERAL)

----- 1. A Assembleia Geral é dirigida pela respetiva Mesa, que se compõe de um Presidente, um Vice-Presidente, um Secretário, um Secretário Adjunto e um Vogal. -----

----- 2. Na falta ou impedimento do Presidente e do Vice-Presidente cabe à Assembleia Geral designar de entre os Associados presentes quem presidirá à Mesa, sob proposta apresentada pelos restantes componentes da Mesa da Assembleia Geral. -----

----- 3. Na falta ou impedimento do Secretário, do Secretário Adjunto ou do Vogal o Presidente da Mesa designará de entre os Associados presentes quem deve secretariar a reunião. -----

----- 4. No caso de vacatura de lugar o mesmo será preenchido tendo em conta o disposto no artigo 40.º. -----

SUBSECÇÃO II

COMPETÊNCIAS

ARTIGO 43.º

(COMPETÊNCIA DA ASSEMBLEIA GERAL)

----- 1. Compete à Assembleia Geral deliberar sobre todas as matérias não compreendidas nas atribuições e competências legais ou estatutárias dos outros Órgãos Sociais. -----

----- 2. São, necessariamente, da competência da Assembleia Geral: -----

- a) Definir as linhas fundamentais de atuação da Assembleia Geral;-----
- b) Acompanhar a atuação dos demais Órgãos Sociais e zelar pelo cumprimento da Lei bem como dos Estatutos e Regulamentos da Associação;-----
- c) Apreciar e votar as propostas de alteração aos Estatutos;-----
- d) Apreciar e votar os Regulamentos bem como as alterações que lhe sejam propostas;-----
- e) Deliberar sobre a extinção da Associação bem como eleger a Comissão Liquidatária e destino dos bens.-----
- f) Eleger e destituir, por votação secreta, os membros dos Órgãos Sociais; --
- g) Apreciar e votar o Relatório e Contas de gerência do ano anterior, bem como o parecer do Conselho Fiscal;-----
- h) Apreciar e votar o Plano de Atividades e Orçamento para o ano seguinte, bem como o parecer do Conselho Fiscal e ainda os orçamentos suplementares propostos pela Direção;-----
- i) Apreciar e deliberar sobre todos os requerimentos, propostas e recursos que lhe sejam apresentados pelos membros dos Órgãos Sociais ou Associados, de acordo com os Estatutos e Regulamentos;-----
- j) Fixar, sob proposta da Direção, os valores mínimos da joia e quota dos Associados bem como a periodicidade e forma de pagamento;-----
- k) Deliberar, sob proposta da Direção, a nomeação de Associados Beneméritos e Honorários;-----
- l) Atribuir Sanções, Louvores e Condecorações nos termos dos Estatutos e Regulamentos aprovados em Assembleia Geral;-----
- m) Autorizar o Presidente da Direção da Associação a demandar judicialmente os membros dos Órgãos Sociais e demais Associados por atos

lesivos praticados no exercício de funções; -----

----- n) Autorizar a Direção a contrair ou fazer empréstimos e aquisições, desde que excedam os atos de administração ordinária, após parecer do Conselho Fiscal; -----

----- o) Autorizar a Direção a arrendar ou alienar imóveis da Associação bem como participações ou outras que a Associação detenha. -----

ARTIGO 44.º

(COMPETÊNCIA DO PRESIDENTE DA MESA DA ASSEMBLEIA GERAL)

----- Compete ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral: -----

----- a) Convocar e dirigir os trabalhos da Assembleia Geral e demais reuniões por si convocadas, nomeadamente as reuniões conjuntas dos Órgãos Sociais e do Conselho Disciplinar; -----

----- b) Assinar os termos de abertura e encerramento e rubricar os livros de atas da Assembleia Geral; -----

----- c) Dar posse aos membros eleitos dos Órgãos Sociais; -----

----- d) Receber e submeter à Assembleia Geral, nos prazos legais, os requerimentos e recursos cuja decisão seja competência desta; -----

----- e) Fixar o limite de tempo e o número de intervenções permitidas a cada associado, na discussão de cada assunto, excetuar-se os representantes dos Órgãos Sociais, na Sessão da Assembleia em que a intervenção ocorrer; -----

----- f) Presidir e tramitar todo o processo eleitoral dos Órgãos Sociais, de acordo com a lei e os presentes Estatutos, nomeadamente, verificar a ilegitimidade dos candidatos bem como a regularidade das listas concorrentes; -----

----- g) Integrar o Conselho Disciplinar; -----

----- h) Exercer as demais competências que lhe sejam conferidas pela lei, estatutos ou deliberações da Assembleia Geral; -----

ARTIGO 45.º

(COMPETÊNCIA DO VICE-PRESIDENTE DA MESA DA ASSEMBLEIA GERAL)

----- Compete ao Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral coadjuvar o Presidente da Mesa no exercício das suas funções e substituí-lo nas suas faltas ou impedimentos. -----

ARTIGO 46.º

(COMPETÊNCIA DO SECRETÁRIO, DO SECRETÁRIO ADJUNTO E DO VOGAL DA MESA DA ASSEMBLEIA GERAL)

----- 1. Compete ao Secretário e ao Secretário Adjunto da Mesa da Assembleia Geral: -----

----- a) Lavrar as atas e emitir as certidões respetivas no prazo de quinze dias a contar da data em que foram requeridas; -----

----- b) Preparar e tramitar todo o expediente da Mesa; -----

----- c) Fazer o registo dos Associados presentes nas sessões da Assembleia Geral e dos que durante a sessão pedirem para intervir, pela respetiva ordem; -----

----- d) Escrutinar no ato eleitoral; -----

----- e) Praticar todos os demais atos e funções decorrentes da lei, estatutos e regulamentos. -----

----- 2. Compete ao Vogal da Mesa da Assembleia Geral o desempenho das funções de apoio e coadjuvação que lhe sejam atribuídas pela Mesa da Assembleia Geral. -----

SUBSECÇÃO III



FUNCIONAMENTO

ARTIGO 47.º

(REUNIÕES)

- 1. As reuniões da Assembleia Geral são Ordinárias e Extraordinárias.-----
2. A Assembleia Geral reunirá Ordinariamente: -----
- a) No final de cada mandato, no mês de Dezembro, para a eleição dos Órgãos Sociais;-----
- b) Até trinta e um de Março de cada ano, por solicitação da Direção, para a discussão e aprovação do Relatório e Contas de Gerência do ano anterior e do Parecer do Conselho Fiscal, devendo estes documentos estarem patentes, para consulta dos Associados, nos oito dias anteriores à realização da Assembleia Geral.-----
- 3. A Assembleia Geral reunirá Extraordinariamente: -----
- a) Por convocatória da mesa a solicitação da Direção ou do Conselho Fiscal;-----
- b) A requerimento fundamentado e subscrito por um mínimo de cinquenta Associados no pleno gozo dos seus direitos sociais;-----
- c) A requerimento fundamentado de qualquer Associado, caso a Direção não solicite a convocação da Assembleia Geral, nos casos em que deve solicitá-lo;-----
- 4. A Reunião da Assembleia Geral que seja convocada ao abrigo da alínea b) do número anterior só poderá efetuar-se se estiverem presentes, pelo menos, três quartos dos requerentes.-----
- 5. Quando a Reunião prevista no número anterior não se realizar por falta do número mínimo de Associados requerentes, ficam, os que faltarem, inibidos,

pelo prazo de dois anos, de requerer a Reunião Extraordinária da Assembleia Geral sendo obrigados a pagar as despesas decorrentes da convocação, salvo se justificarem a falta por motivos de força maior atendível. -----

ARTIGO 48.º

(FORMA DE CONVOCAÇÃO)

----- 1. Assembleia Geral é convocada, pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral, através de Edital / Convocatória afixada na sede social e outros locais julgados de interesse para o efeito e publicado ainda no sítio da Internet da Associação e num dos jornais locais, com o mínimo de oito dias de antecedência, indicando-se no mesmo aviso o dia, hora, local da reunião e a respetiva ordem de trabalhos. -----

----- 2. A comparência de todos os Associados sana quaisquer irregularidades da convocação, desde que nenhum deles se oponha à realização da Assembleia Geral.-----

ARTIGO 49.º

(FUNCIONAMENTO)

----- 1. A Assembleia Geral não pode deliberar, em primeira convocação, sem a presença de, pelo menos, metade dos Associados, podendo deliberar trinta minutos depois da hora inicial, em segunda convocatória, com qualquer número de presenças, desde que não inferior a sete Associados e expressamente determinado na Convocatória. -----

----- 2. As deliberações da Assembleia Geral são tomadas em observância com o disposto no n.º 3 do artigo 35.º.-----

ARTIGO 50.º

(REPRESENTAÇÃO DOS ASSOCIADOS)



----- 1. É admitida a representação do Associado, no pleno gozo dos seus direitos, mediante carta do próprio, com letra e assinatura reconhecidas notarialmente ou por outra forma legalmente prevista, dirigida ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral.-----

----- 2. A delegação de poderes só pode ser feita noutro Associado, também no pleno gozo dos seus direitos estatutários.-----

----- 3. Não poderá ser delegada mais que uma representação em cada Associado.-----

ARTIGO 51.º

(PRIVAÇÃO DO DIREITO DE VOTO)

----- O Associado não pode votar, por si ou como representante de outrem, nas matérias em que haja conflito de interesses entre a Associação e o próprio, ou o representado, seus cônjuges, ascendentes ou descendentes.-----

ARTIGO 52.º

(DELIBERAÇÕES ANULÁVEIS)

----- 1. São anuláveis as deliberações contrárias à lei e aos estatutos, seja pelo seu objetivo, seja por irregularidades havidas na convocação dos Associados ou no funcionamento da Assembleia.-----

----- 2. São ainda anuláveis as deliberações:-----

----- a) Tomadas sobre matéria estranha à ordem de trabalhos, salvo se, todos os Associados comparecerem à Reunião, concordem unanimamente com o aditamento à ordem de trabalhos;-----

----- b) Tomadas com infração do disposto no artigo anterior destes estatutos se o voto do Associado impedido for essencial à existência da maioria necessária.

ARTIGO 53.º

(ATAS)

----- De todas as reuniões da Assembleia Geral serão lavradas atas, em livro próprio onde constarão o número de Associados presentes e as discussões e deliberações tomadas, as quais serão assinadas por todos os membros da Mesa presentes.-----

SECÇÃO III

ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

SUBSECÇÃO I

PRINCÍPIOS GERAIS

ARTIGO 54.º

(FUNCIONAMENTO DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO)

----- 1. Os órgãos de administração e fiscalização são convocados pelos respetivos Presidentes e as respetivas deliberações tomadas em observância com o disposto nos n.º 1 e 2 do artigo 35.º destes estatutos.-----

----- 2. A falta de quórum deliberativo por impossibilidade de preenchimento de lugares vagos em qualquer órgão, implica a convocação extraordinária de eleições para esse mesmo órgão.-----

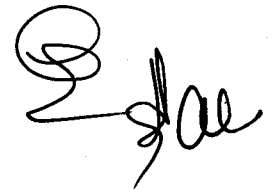
SUBSECÇÃO II

DA DIREÇÃO

ARTIGO 55.º

(COMPOSIÇÃO)

----- 1. A Direção é composta por sete ou nove membros efetivos, entre os quais:-----



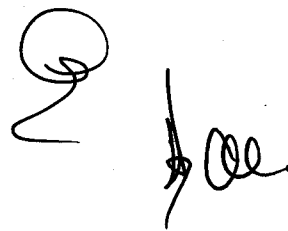
- a) Um Presidente;-----
- b) Um Vice-Presidente ou dois Vice-Presidentes;-----
- c) Um Primeiro Secretário;-----
- d) Um Segundo Secretário;-----
- e) Um Tesoureiro;-----
- f) Dois Vogais ou três vogais;-----
- 2. Haverá dois ou três Suplentes que se tornarão efetivos à medida que se derem as vagas e pela ordem que tiverem sido eleitos.-----

ARTIGO 56.º

(COMPETÊNCIAS DA DIREÇÃO)

- 1. A Direção é o Órgão de Administração da Associação.-----
- 2. Compete à Direção gerir a Associação e representá-la, incumbindo-lhe, designadamente:-----
 - a) Garantir a prossecução do fim social;-----
 - b) Garantir a efetivação dos direitos dos Associados;-----
 - c) Elaborar anualmente e submeter a Parecer do Conselho Fiscal o Relatório e Contas de gerência, bem como o Plano de Atividades e Orçamento para o ano seguinte;-----
 - d) Remeter à Mesa da Assembleia Geral para aprovação, o Plano de Atividades e Orçamento para o ano seguinte bem como o Relatório e Contas de Gerência do ano anterior, acompanhados do Parecer do Conselho Fiscal;-----
 - e) Assegurar a organização e o funcionamento dos serviços, bem como a escrituração dos livros, nos termos da lei;-----
 - f) Contratar e gerir o pessoal dos quadros da Associação fixando os respetivos horários de trabalho e vencimentos;-----

- g) Representar a Associação em juízo e fora dele;-----
- h) Solicitar ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, a convocação das Assembleias para aprovação do Relatório e Contas de Gerência e ainda do Plano de Atividades e Orçamento, sem prejuízo das demais convocatórias daquele órgão nas circunstâncias fixadas nos presentes estatutos; -----
- i) Aprovar ou indeferir as propostas de admissão de Associados;-----
- j) Propor à Assembleia Geral a nomeação, fundamentada, de Associados Beneméritos e Honorários bem como propor a atribuição de louvores da competência deste órgão social; -----
- k) Propor à Assembleia Geral a reforma ou alteração dos estatutos; -----
- l) Fixar ou modificar a estrutura dos serviços da Associação, elaborando os respectivos Regulamentos;-----
- m) Fornecer ao Conselho Fiscal os elementos que lhe forem solicitados para o cumprimento das suas atribuições; -----
- n) Manter sob a sua guarda e responsabilidade os bens e valores da Associação; -----
- o) Elaborar e manter atualizado o inventário do património da Associação;
- p) Ordenar a instauração de processos disciplinares aos Associados e aplicar sanções nos termos dos presentes estatutos, em matéria da sua competência;-----
- q) Submeter à apreciação e votação da Assembleia Geral os assuntos que, pela sua importância, exijam deliberação daquele órgão;-----
- r) Propor à Assembleia Geral a alteração do valor de joia e de quota mínima;-----
- s) Fixar as taxas eventualmente, devidas pela utilização dos serviços da



- Associação, por terceiras pessoas;-----
- t) Aceitar heranças e donativos, nos termos da lei;-----
 - u) Celebrar contratos de desenvolvimento em áreas específicas, no âmbito da prevenção e reação a acidentes e designadamente quanto à criação e o funcionamento de equipas de intervenção permanente, ou outras, legal ou protocolarmente previstas;-----
 - v) Nomear comissões ou grupos de trabalho que entenda convenientes para uma melhor prossecução dos objetivos estatutários;-----
 - w) Deliberar sobre a aquisição onerosa, alienação a qualquer título e o arrendamento ou cedência a qualquer título, de bens móveis, ainda que sujeitos a registo, pertencentes à Associação e respetivo processo de concurso público ou hasta pública, ou dispensa dos mesmos, em razão do procedimento julgado mais conveniente, fundamentado em ata, sendo que, em qualquer caso, os preços e valores aceites não podem ser inferiores aos que vigorarem no mercado;-----
 - x) Exercer todas as demais funções que lhe sejam atribuídas por lei, pelos presentes estatutos e regulamentos e praticar todos os atos necessários à defesa dos interesses da Associação;-----
 - y) Elaborar regulamentos internos sobre matérias da sua competência e zelar pelo cumprimento da lei, dos estatutos, dos regulamentos internos e das deliberações dos Órgãos da Associação;-----
 - z) Nomear os elementos do Comando e remeter à Autoridade Nacional de Proteção Civil, para homologação;-----
 - aa) Atribuir distinções honoríficas de acordo com os Regulamentos Internos;-----
 - bb) Manter atualizada e apta a ser apresentada aos Órgãos Sociais, relação

dos sócios no pleno gozo dos seus direitos;-----

----- **cc)** Promover eventos desportivos, culturais e recreativos, bem como iniciativas no âmbito dos cuidados de saúde e ainda outras atividades, com ou sem fins lucrativos, previstas nos Regulamentos ou autorizadas pela Assembleia Geral; -----

----- **dd)** Propor à Assembleia Geral o arrendamento ou alienação de imóveis da Associação.-----

----- **3.** Compete à Direção reunir extraordinariamente, sempre que se justifique, com o Comando do Corpo de Bombeiros para tratar de assuntos de âmbito interno e operacional, sem prejuízo das reuniões de Direção.-----

----- **4.** A Direção pode delegar em profissionais qualificados ao serviço da Associação, ou em mandatários, alguns dos seus poderes, nos termos previstos nos estatutos ou aprovados pela Assembleia Geral, bem como revogar os respetivos mandatos, podendo ainda, em alternativa, delegar poderes de gestão executiva, numa comissão executiva, composta por três elementos, sendo presidida pelo Presidente ou, na sua ausência ou impedimento, por Vice-Presidente, e ainda por outro titular efetivo da Direção, podendo o terceiro elemento ser um funcionário do quadro do pessoal da Associação.-----

----- **5.** A Direção pode solicitar parecer, não vinculativo, sobre qualquer matéria da sua competência, em qualquer momento, ao Conselho Geral.-----

ARTIGO 57.º

(COMPETÊNCIAS DO PRESIDENTE)

----- Compete ao Presidente da Direção:-----

----- **a)** Superintender na Administração da Associação e orientar e fiscalizar os

- respetivos serviços;-----
- b) Representar a Associação em juízo e fora dele;-----
 - c) Convocar e presidir às reuniões da Direção e do Conselho Geral;-----
 - d) Promover o cumprimento das deliberações da Assembleia Geral, do Conselho Fiscal, da Direção e do Conselho Disciplinar;-----
 - e) Assinar os termos de abertura e encerramento e rubricar o livro das atas da Direção;-----
 - f) Integrar o Conselho Disciplinar;-----
 - g) Exercer todas as demais funções que lhe sejam atribuídas pela Lei, pelos Estatutos e Regulamentos, bem como as que lhe forem expressamente delegadas pela Direção, desde que sejam legalmente delegáveis.-----

ARTIGO 58.º

(COMPETÊNCIAS DO VICE-PRESIDENTE OU VICE-PRESIDENTES)

- Compete ao Vice-Presidente ou vice-presidentes, substituir o Presidente, segundo a ordem indicada no elenco da direção, nas suas faltas ou impedimentos e colaborar com a Direção e com o Presidente no exercício das respetivas competências, designadamente:-----
- a) Na elaboração de resumo das atividades o qual constituirá elemento para o Relatório da Direção a apresentar em Assembleia Geral;-----
 - b) Na elaboração das propostas dos Orçamentos da Associação, submetendo-os à apreciação da Direção;-----
 - c) Na observância dos preceitos orçamentais e na aplicação das respetivas dotações;-----
 - d) No cumprimento dos serviços de contabilidade e expediente mantendo-os sempre organizados e atualizados;-----

- e) No cumprimento das disposições legais em relação aos trabalhadores; ----
- f) No zelo pela conservação do património da Associação que lhe está afeto. -----

ARTIGO 59.º

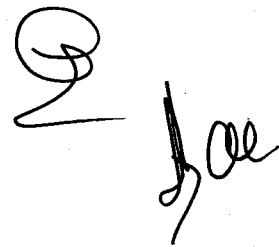
(COMPETÊNCIAS DO SECRETÁRIO)

- 1. Compete ao Secretário: -----
- a) Organizar e orientar todo o serviço de secretaria; -----
- b) Preparar a agenda de trabalho para as reuniões da Direção, de acordo com as orientações do Presidente ou de quem o substitua; -----
- c) Lavrar as atas no respetivo livro mantendo-o sempre em dia; -----
- d) Prover todo o expediente da Associação; -----
- e) Passar, no prazo de quinze dias, as certidões das atas solicitadas pelos Associados; -----
- f) Elaborar, sob proposta e aprovação da Direção, o Relatório de Atividades da Gerência, com referência a 31 de Dezembro, a apresentar à Assembleia Geral. -----

ARTIGO 60.º

(COMPETÊNCIAS DO TESOUREIRO)

- 1. Compete ao Tesoureiro: -----
- a) A arrecadação de receitas; -----
- b) A satisfação das despesas autorizadas; -----
- c) Assinar, todos os documentos em que legal e estatutariamente a sua assinatura seja obrigatória, designadamente nas operações financeiras conjuntamente com o Presidente da Direção, ou, na sua falta ou impedimento,



- com o Vice - Presidente;-----
- d) Emitir as autorizações de pagamento e as guias de receita, arquivando todos os documentos de despesa e receita;-----
- e) Depositar em qualquer instituição de crédito, à ordem da Associação, as disponibilidades financeiras;-----
- f) A orientação e controlo da escrituração de todos os livros de receita e despesas, velando pela segurança de todos os haveres e conferindo o cofre pelo menos uma vez por mês;-----
- g) A apresentação à Direção do balancete em que se discriminem as receitas e as despesas do mês anterior, bem como a prestação de contas, sempre que a Direção o entenda;-----
- h) A elaboração anual de um Orçamento em que se discriminem as receitas e despesas previstas para o exercício do ano seguinte;-----
- i) Efetuar o necessário provimento de fundos para que, nas datas estabelecidas a Associação, possa solver os seus compromissos;-----
- j) A atualização do inventário do património associativo;-----
- k) Elaborar anualmente as Contas de Gerência, com referência a 31 de Dezembro a aprovar pela Direção e a apresentar à Assembleia Geral;-----
- l) Em geral, prestar todos os esclarecimentos sobre assuntos de contabilidade e tesouraria.-----

ARTIGO 61.º

(COMPETÊNCIAS DOS VOGAIS E SUPLENTES DA DIREÇÃO)

- 1. Aos Vogais compete coadjuvar os restantes elementos do elenco diretivo e desempenhar as missões que lhe forem atribuídas em Reunião de Direção.-----
- 2. Os Suplentes podem participar nas Reuniões de Direção, sem direito a

voto, competindo-lhes colaborar com a Direção no exercício das funções de gestão da Associação. -----

ARTIGO 62.º

(FUNCIONAMENTO)

----- 1. A Direção reunirá sempre que for julgado conveniente, sob convocação do Presidente, por iniciativa deste ou da maioria dos seus membros ou a pedido do Conselho Fiscal, da Assembleia Geral ou do Comando, mas, obrigatoriamente, uma vez por mês. -----

----- 2. As deliberações serão tomadas, tendo em conta o disposto nos números 1 e 2 do artigo 35.º e número 1 do artigo 54.º, cabendo ao Presidente, voto de qualidade em caso de empate.-----

----- 3. O Comandante do Corpo de Bombeiros, ou o seu substituto legal, bem como os Presidentes, ou os seus substitutos legais, dos restantes Órgãos Sociais poderão assistir às Reuniões de Direção e tomar parte na discussão dos assuntos tratados, mas sem direito a voto. -----

----- 4. Das reuniões da Direção serão lavradas atas em livro próprio, que deverão ser assinadas pelos presentes.-----

SUBSECÇÃO III

DO CONSELHO FISCAL

ARTIGO 63.º

(COMPOSIÇÃO)

----- 1. O Conselho Fiscal é constituído por um Presidente, um Vice-Presidente e um Secretário Relator. -----

----- 2. Haverá simultaneamente dois suplentes, que se tornarão efetivos à medida que se derem vagas e pela ordem em que tiverem sido eleitos, podendo,

até então e sem prejuízo disso, assistirem às reuniões do Conselho Fiscal e tomarem parte na discussão dos assuntos, mas sem direito a voto. -----

ARTIGO 64.º

(COMPETÊNCIAS DO CONSELHO FISCAL)

----- 1. O Conselho Fiscal é o órgão de fiscalização da Associação.-----

2. Ao Conselho Fiscal compete zelar pelo cumprimento da lei e dos estatutos, incumbindo-lhe, designadamente:-----

----- a) Exercer a fiscalização sobre a escrituração e documentos da instituição, sempre que o julgue conveniente;-----

----- b) Assistir ou fazer-se representar por um dos seus titulares às reuniões do órgão de administração, sempre que o julgue conveniente;-----

----- c) Dar parecer sobre o Relatório, Contas, Plano de Atividades e Orçamento e sobre todos os assuntos que o órgão de administração submeta à sua apreciação;-----

----- d) Solicitar a convocação da Assembleia Geral sempre que o julgar conveniente;-----

----- e) Solicitar à Direção reuniões extraordinárias para discussão conjunta de assuntos cuja importância o justifique;-----

----- f) Emitir parecer aos outros Órgãos Sociais sobre quaisquer assuntos para que seja consultado, designadamente sobre a aquisição onerosa e alienação de imóveis, reforma ou alteração dos Estatutos e dissolução da Associação;-----

----- g) Exercer todas as outras competências que lhe sejam atribuídas pelos estatutos e regulamentos.-----

ARTIGO 65.º

(COMPETÊNCIAS DO PRESIDENTE)

----- Compete ao Presidente do Conselho Fiscal:-----
----- a) Convocar e presidir às Reuniões do Conselho Fiscal;-----
----- b) Assinar os termos de abertura e encerramento e rubricar o respectivo livro de atas;-----
----- c) Integrar o Conselho Disciplinar;-----
----- d) Representar o Conselho Fiscal na Assembleia Geral;-----
----- e) Exercer todas as demais funções que lhe sejam atribuídas pela lei, pelos Estatutos e Regulamentos.-----

ARTIGO 66.º

(COMPETÊNCIA DO VICE-PRESIDENTE)

----- Compete ao Vice-Presidente do Conselho Fiscal coadjuvar o Presidente nas funções que a este pertencem e substituí-lo na sua ausência ou impedimento.

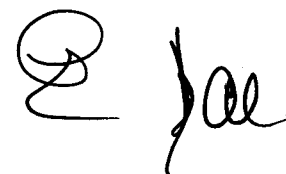
ARTIGO 67.º

(COMPETÊNCIA DO SECRETÁRIO RELATOR)

----- Compete ao Secretário Relator:-----
----- a) Preparar a agenda de trabalhos para as reuniões do Conselho Fiscal;-----
----- b) Prover todo o expediente;-----
----- c) Lavrar as atas no respectivo livro;-----
----- d) Emitir, no prazo de quinze dias, certidões das atas pedidas pelos Associados;-----
----- e) Relatar os Pareceres do Conselho Fiscal sobre os assuntos que lhe forem submetidos.-----

ARTIGO 68.º

(FUNCIONAMENTO)



----- 1. O Conselho Fiscal reúne, ordinariamente, uma vez em cada trimestre, podendo reunir também extraordinariamente para apreciação de assuntos de carácter urgente, por convocação do Presidente, por iniciativa da maioria dos seus membros ou, ainda, a pedido da Direção ou da Assembleia Geral. -----

----- 2. As deliberações do Conselho Fiscal serão tomadas por maioria simples de votos dos presentes, cabendo ao presidente o voto de qualidade em caso de empate. -----

----- 3. Os assuntos, decisões e deliberações constarão de livro próprio de atas, as quais serão assinadas pelos presentes. -----

ARTIGO 69.º

(VINCULAÇÃO COM ATOS DA DIREÇÃO)

----- O Conselho Fiscal é solidariamente responsável, com a Direção, pelos atos sobre os quais tenha emitido parecer favorável ou quando, tendo tido conhecimento de qualquer irregularidade, não lavre o seu protesto ou não faça a devida comunicação à Mesa da Assembleia Geral. -----

SUBSECÇÃO IV

DO CONSELHO GERAL

ARTIGO 70.º

(ESTATUTO E COMPOSIÇÃO)

----- 1. O Conselho Geral é um órgão consultivo e de apoio, constituído, no mínimo, por vinte e cinco Sócios Efectivos. -----

----- 2. Compete ao Conselho Geral : -----

----- a) Reunir para dar Parecer sobre questões importantes da vida da Associação, sempre que lhe for solicitado por qualquer dos Órgãos Sociais da

Associação; -----

----- b) Apoiar e dinamizar as iniciativas e as ações concretas empreendidas pela Direção, colaborando diretamente ou facultando condições e meios para a sua efetivação. -----

CAPÍTULO IV

DAS ELEIÇÕES

ARTIGO 71.º

(PROCESSO ELEITORAL)

----- 1. No ano em que terminar o mandato dos titulares dos Órgãos Sociais, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral em exercício, anunciará até trinta e um de Outubro, através de edital, a abertura do processo eleitoral e manda preparar os cadernos eleitorais que deverão estar concluídos até ao dia trinta de Novembro. -----

----- 2. A Assembleia Geral eleitoral a realizar no mês de Dezembro desse ano em que terminar o mandato, será convocada pelo Presidente da Mesa em exercício, com a antecedência mínima de oito dias através de edital onde será designado o dia, a hora e o local da sua realização. -----

----- 3. Se por qualquer razão o mandato dos titulares dos Órgãos Sociais terminar antes de cumprido o período normal de duração, serão realizadas eleições intercalares, parciais ou gerais, cabendo à Assembleia Geral decidir sobre a forma da eleição. -----

----- 4. Quando não for possível realizar as eleições, em tempo oportuno e Estatutário, os Corpos Gerentes cessantes, mantêm-se em exercício até à Tomada de Posse dos novos Órgãos Sociais. -----

ARTIGO 72.º

(ELEGIBILIDADE)

----- 1. São elegíveis os Associados que satisfaçam, cumulativamente os seguintes requisitos: -----

----- a) Estejam no pleno gozo dos seus direitos sociais, de acordo com o estabelecido no Artigo 11.º dos presentes Estatutos, à data da apresentação das candidaturas;-----

----- b) Sejam maiores de dezoito anos ou emancipados; -----

----- c) Não façam parte dos Órgãos Sociais de outras Associações congéneres;-----

----- d) Não tenham sido destituídos dos Órgãos Sociais da Associação por irregularidades cometidas no exercício das suas funções; -----

----- e) Não sejam trabalhadores remunerados da Associação; -----

----- f) Não tenham qualquer impedimento ou motivo de inelegibilidade nos termos da lei e dos presentes Estatutos. -----

ARTIGO 73.º

(FORMALIZAÇÃO DE CANDIDATURAS)

----- 1. As candidaturas às eleições são feitas segundo o sistema de lista completa para a Mesa da Assembleia Geral, Direção, Conselho Fiscal e Conselho Geral, compostas por Associados no pleno gozo dos seus direitos sociais, nas quais se especificarão a identificação completa dos candidatos, respetivo número de Associado bem como a indicação do órgão e cargo para que são propostos, incluindo os suplentes. -----

----- 2. As listas concorrentes aos órgãos sociais, a submeter a sufrágio, deverão ser apresentadas ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, na Sede da

Associação, até ao dia quinze do mês anterior ao da realização da Assembleia Geral eleitoral. -----

----- 3. A Direção pode propor uma lista às eleições. -----

----- 4. As listas de candidatura aos Órgãos Sociais deverão incluir um número de candidatos efetivos igual ao número de membros do respetivo órgão acrescido dos suplentes, não podendo qualquer Associado subscrever nem integrar mais que uma lista, nem integrar mais que um órgão da Associação. -----

----- 5. As listas são nominais devendo completar candidatos para todos os órgãos sendo estes votados conjuntamente. -----

----- 6. As listas a submeter à eleição, deverão ser acompanhadas da declaração dos candidatos, onde expressamente manifestam a sua aceitação, e subscritas por um número mínimo de cem Associados no pleno gozo dos seus direitos, exceto na entregue nos termos do ponto três. -----

ARTIGO 74.º

(APRECIÇÃO DAS CANDIDATURAS)

----- 1. O Presidente da Mesa da Assembleia Geral, receciona as listas candidatas e no prazo de cinco dias verifica da sua conformidade tendo em conta as disposições estatutárias. -----

----- 2. As listas que não estejam de acordo com as disposições estatutárias serão rejeitadas e comunicada a decisão ao seu mandatário, que poderá corrigir ou retificar até ao último dia do prazo de apresentação de listas ou recorrer da decisão para a Assembleia Geral no prazo de cinco dias após o conhecimento da decisão. -----

----- 3. A Assembleia Geral Extraordinária convocada pelo Presidente da Mesa

para apreciação e decisão do recurso, reunirá no prazo máximo de dez dias.-----

----- 4. As listas admitidas à eleição serão referenciadas de acordo com a ordem de apresentação por letras maiúsculas (ex. A, B, C, etc.) e mandadas afixar no edifício Sede da Associação e demais instalações.-----

ARTIGO 75.º

(BOLETIM DE VOTO)

----- 1. A cada eleitor é fornecido um boletim de voto elaborado em papel liso e não transparente, contendo impressas as letras maiúsculas atribuídas às listas concorrentes ao sufrágio e um quadrado à frente de cada uma dessas letras. -----

----- 2. O voto é expresso através da inscrição de uma cruz no interior do quadrado correspondente à lista em que o associado eleitor pretende votar.-----

----- 3. O eleitor entregará ao Presidente da Mesa o boletim de voto dobrado em quatro partes, após o que o mesmo será arrecadado na urna.-----

----- 4. Os boletins que contenham emendas, rasuras ou inscrições serão considerados nulos e os boletins em branco serão considerados abstenção. -----

ARTIGO 76.º

(FORMA DE VOTAÇÃO)

----- 1. A eleição dos Órgãos Sociais é feita através de votação secreta tendo cada Associado direito a um voto. -----

----- 2. É permitido o voto por procuração, com reconhecimento notarial da letra e assinatura, mas cada Associado não poderá representar mais do que um outro Associado. -----

----- 3. Não é admitido o voto por correspondência. -----

----- 4. A Mesa de Voto, quando única, funcionará na Sede da Associação, ou noutro local expresso na Convocatória, sendo na mesma fixado o período de funcionamento, sendo presidida pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral e cada lista poderá fazer-se representar junto da Mesa por um Delegado devidamente credenciado pelo respetivo mandatário ou pelo candidato a Presidente da Direção, validado antecipadamente pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral. -----

----- 5. Em caso justificável, poderá haver mais do que uma Mesa de Voto. Na sede, a Mesa de Voto será constituída pela Mesa da Assembleia Geral, e nos demais locais, por Mesas nomeadas pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral. -----

----- 6. As secundárias Mesas de Voto, quando justificável, serão constituídas por Associados que estejam em pleno gozo das suas regalias, escolhidos pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral. -----

----- 7. O escrutínio far-se-á na mesma Assembleia Geral, imediatamente após a conclusão da votação, considerando-se proclamados eleitos os elementos da lista mais votada. -----

CAPÍTULO V

DA GESTÃO FINANCEIRA

ARTIGO 77.º

(DAS RECEITAS)

----- São receitas da Associação: -----

----- a) O produto da joia e das quotas dos associados efetivos; -----

----- b) As participações dos Associados e respetivos familiares pela

Livro 117-A 53
Doc. N.º



- utilização dos serviços da Associação; -----
- c) As retribuições de quaisquer serviços prestados, a título não gratuito, pela Associação ou pelo Corpo de Bombeiros por ela detido; -----
- d) Os subsídios, participações e financiamentos públicos ou particulares; -----
- e) Donativos, legados e heranças feitos a favor da Associação; -----
- f) Produtos e resultados de sociedades, parcerias ou outras participações devidos à Associação; -----
- g) Os rendimentos de bens próprios; -----
- h) O produto líquido de quaisquer espetáculos, festas ou outras realizações; -----
- i) O produto da venda de bens imóveis ou móveis pertencentes à Associação; -----
- j) O produto de subscrições; -----
- k) Quaisquer verbas que lhe sejam atribuídas por lei, contratos ou por protocolos. -----

ARTIGO 78.º

(QUOTIZAÇÃO)

----- Cada Associado Efetivo, singular ou coletivo, pagará uma quota mensal, segundo valor, periodicidade e modalidade a definir em Assembleia Geral. -----

ARTIGO 79.º

(DAS DESPESAS)

- Constituem despesas da Associação as resultantes de: -----
- a) Administração ordinária e extraordinária da Associação e funcionamento dos respetivos serviços; -----
- b) Operacionalidade do Corpo de Bombeiros; -----

- c) Encargos com o pessoal da Associação; -----
- d) Encargos legais; -----
- e) Quaisquer outras resultantes do cumprimento dos fins da Associação e das atividades por ela desenvolvidas, direta ou indiretamente; -----
- f) Manutenção e conservação do património social da Associação. -----

ARTIGO 80.º

(DOS MEIOS FINANCEIROS)

----- Os meios financeiros na disposição da Associação são obrigatoriamente depositados em conta da Associação aberta em instituições de crédito. -----

CAPÍTULO VI

CONSELHO DISCIPLINAR

ARTIGO 81.º

(ESTATUTO E COMPOSIÇÃO)

- 1. O Conselho Disciplinar é a instância de recurso hierárquico das decisões, em matéria disciplinar, do Comandante do Corpo de Bombeiros. -----
- 2. O Conselho Disciplinar é composto pelos Presidentes da Mesa da Assembleia Geral, da Direção e do Conselho Fiscal.

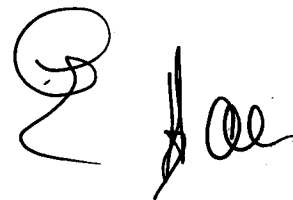
ARTIGO 82.º

(COMPETÊNCIA)

----- Ao Conselho Disciplinar compete, de acordo com a Lei, com os Estatutos e com os Regulamentos e com base nos princípios do Direito e da Justiça, decidir os recursos hierárquicos das decisões do Comandante do Corpo de Bombeiros. ---

ARTIGO 83.º

(REUNIÕES)



----- O Conselho Disciplinar reunirá por iniciativa do Presidente da Mesa da Assembleia Geral ou na sua falta ou impedimento, por iniciativa de qualquer um dos seus outros membros, sempre que lhe seja dirigido recurso hierárquico cuja decisão seja da sua competência. -----

ARTIGO 84.º

(DECISÕES)

----- 1. As decisões do Conselho Disciplinar são tomadas por maioria dos seus membros. -----

----- 2. Não é permitida a abstenção na votação de matérias da competência do Conselho Disciplinar. -----

----- 3. O Conselho Disciplinar deve proferir decisão sobre os recursos que lhe sejam submetidos no prazo de sessenta dias úteis, após o levantamento dos autos dos mesmos. -----

----- 4. As decisões do Conselho Disciplinar devem ser sempre fundamentadas, sendo lícito ao membro que vote vencido expressar, resumidamente, as razões da sua discordância. -----

----- 5. As decisões do Conselho Disciplinar constarão de Acórdão, assinado por todos os seus membros, do qual constará o voto de vencido, se o houver. -----

----- 6. O Acórdão será notificado ao recorrido e ao recorrente por protocolo ou por carta registada com aviso de receção. -----

ARTIGO 85.º

(DEVER DE COLABORAÇÃO E COOPERAÇÃO)

----- Sobre todos os Associados, Órgãos Sociais, respetivos Titulares e membros do Corpo de Bombeiros, recai um dever especial de colaboração e Cooperação com o Conselho Disciplinar sempre que para tanto, por este, sejam

notificados. -----

CAPÍTULO VII

DA REFORMA OU ALTERAÇÃO DOS ESTATUTOS

ARTIGO 86.º

(REFORMA OU ALTERAÇÃO DOS ESTATUTOS)

----- 1. Os presentes Estatutos só poderão ser reformados ou alterados em Reunião Extraordinária da Assembleia Geral convocada para esse efeito, sob proposta da Direção ou a requerimento fundamentado de, pelo menos, duzentos Associados no pleno gozo dos seus direitos.-----

----- 2. Uma vez feita a convocatória, as alterações estatutárias propostas deverão ficar patentes aos associados na sede e em quaisquer outras instalações da Associação bem como no sítio da Internet, com a antecedência mínima de oito dias úteis em relação à data marcada para a reunião da Assembleia Geral.-----

----- 3. As deliberações sobre alterações dos Estatutos exigem o voto favorável de, pelo menos, três quartos do número de Associados presentes, não podendo no entanto, ser inferior a vinte e cinco associados.-----

----- 4. O disposto no número anterior não é aplicável caso a exigência de alteração decorra da lei.-----

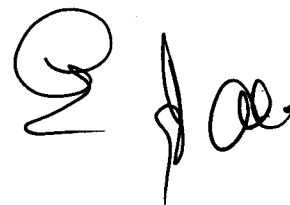
CAPÍTULO IX

DA EXTINÇÃO

ARTIGO 87.º

(EXTINÇÃO)

----- 1. A Associação extingue-se quando ocorrer alguma das situações previstas no artigo 26.º da Lei n.º 32/2007 ou quando esgotados os seus recursos



financeiros normais e encontrando-se em estado de insolvência, os Associados recusem quotizar-se extraordinariamente.-----

----- 2. A Assembleia Geral só pode deliberar sobre a extinção da Associação através de Convocatória expressamente efetuada para esse efeito e aprovada por um número de votos não inferior a três quartos da totalidade dos sócios existentes à data da Assembleia.-----

----- 3. A Convocatória da Assembleia Geral deverá ser feita nos termos previstos nos Estatutos e na Lei e deve ser afixada na Sede e em quaisquer outras instalações da Associação bem como nos locais de estilo e no sítio da Internet, com a antecedência mínima de quinze dias úteis em relação à data marcada para a sua realização-----.

ARTIGO 88.º

(DECLARAÇÃO DE EXTINÇÃO)

----- 1. Nos casos previstos na alínea b) do nº 1 do artigo 26.º da Lei 32/2007, a extinção só se produz se, nos trinta dias subsequentes à data em que devia operar-se, a Assembleia Geral não decidir a prorrogação da Associação ou a modificação dos seus Estatutos.-----

----- 2. A extinção por declaração de insolvência dá-se em consequência da própria declaração.-----

ARTIGO 89.º

(EFEITOS DA EXTINÇÃO)

----- 1. Extinta a Associação é eleita uma Comissão Liquidatária pela Assembleia Geral ou pela entidade que decretou a extinção.-----

----- 2. Os poderes da Comissão Liquidatária ficam limitados à prática dos atos meramente conservatórios e necessários, quer à liquidação do património social,

quer à ulitimação dos negócios pendentes, sendo que, pelos atos restantes e pelos danos que deles advenham, à Associação respondem solidariamente os titulares dos órgãos sociais que os praticarem.-----

----- 3. Pelas obrigações que os titulares dos Órgãos Sociais contraírem a Associação só responde perante terceiros se estes estavam de boa fé e à extinção não tiver sido dada a devida publicidade. -----

ARTIGO 90.º

(DESTINO DOS BENS)

----- Sem prejuízo do estabelecido no artigo 29.º da Lei 32/2007 e do artigo 166.º do Código Civil, os bens da Associação extinta revertem para outras Associações com finalidades idênticas por proposta da Comissão Liquidatária e deliberação da Assembleia Geral. -----

CAPÍTULO X

DISPOSIÇÕES FINAIS

ARTIGO 91.º

(LEI APLICÁVEL)

----- A Associação, no exercício das suas atividades, regular-se-á de harmonia com a legislação aplicável. -----

ARTIGO 92.º

(CORPO DE BOMBEIROS)

----- O Corpo de Bombeiros criado e detido pela Associação rege-se pelo Regime Jurídico dos Corpos de Bombeiros e pelo Regime Jurídico dos Bombeiros, em vigor à data da publicação e ainda pelo Regulamento Interno do Corpo de Bombeiros homologado pela Autoridade Nacional de Proteção Civil. ---

ARTIGO 93.º

(DÚVIDAS E CASOS OMISSOS)

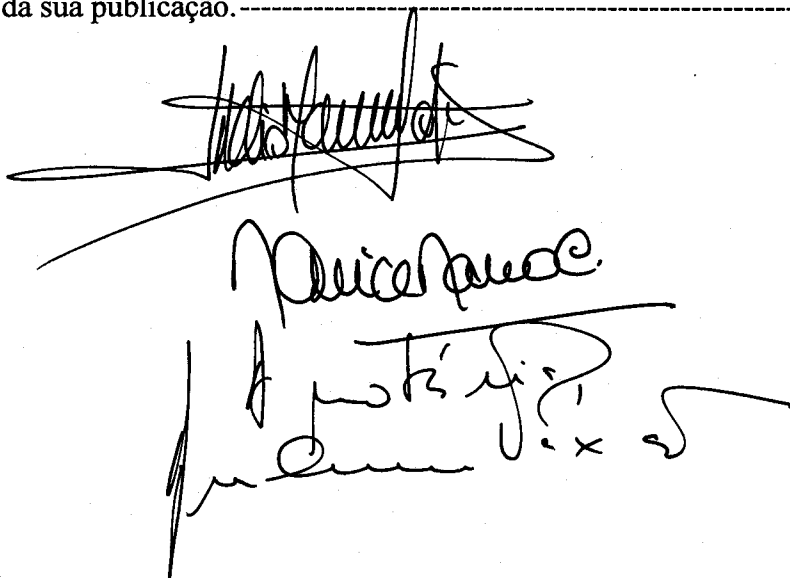
----- As dúvidas e os casos omissos provenientes da interpretação e execução dos presentes Estatutos serão resolvidos em Reunião conjunta dos Órgãos Sociais, solicitada pela Direção ou pelo Conselho Fiscal ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, o qual, por si só, também poderá promover, se assim o entender, a sua efetivação, de acordo com a lei e os princípios gerais do direito.

ARTIGO 94.º

(NORMA TRANSITÓRIA)

----- 1. Os presentes Estatutos entrarão em vigor imediatamente após aprovação em Assembleia Geral e cumprimento das formalidades exigidas por lei. -----

----- 2. Nas matérias relativas aos Órgãos Sociais, designadamente quanto à sua composição e duração do mandato, as alterações constantes dos presentes Estatutos entrarão imediatamente em vigor e aplicar-se-ão ao mandato em curso à data da sua publicação. -----



The image shows three handwritten signatures and a stamp. The top signature is crossed out with a large horizontal line. Below it is a signature that appears to read 'Pauca Pauca'. The bottom signature is more complex and includes the word 'Pauca' and some other illegible characters. To the right of the bottom signature is a rectangular stamp with some illegible text inside.